



# COMBINAÇÃO DE DUAS CRISES AUMENTA A INCERTEZA ATUAL

| POR FERNANDO LUIZ ABRUCIO E MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA

A gravidade da situação política reside em uma combinação de elementos conjunturais e estruturais. Por isso a necessidade de realizar reformas mais amplas no modelo de funcionamento estatal, envolvendo os âmbitos administrativo, político e econômico.

**D**esde o período Collor o Brasil não passava por uma crise política tão profunda, cujas causas fossem tão complexas e a solução tão incerta no curto prazo. Na verdade, a gravidade da situação reside no fato de que há, atualmente, uma

combinação de elementos conjunturais e estruturais. No plano mais imediato, o governo não consegue estabelecer uma governabilidade mínima junto ao sistema político, perde bruscamente a popularidade depois das eleições de 2014, e, como um furacão que traz enorme incerteza, a Operação Lava Jato afeta não só os políticos governistas (em maior número), mas também



O Brasil precisa de reformas e ataques a problemas estruturais, mas os atores políticos e sociais do momento pouco se movimentam para mudar isso.

membros da oposição. Além dessas características mais destacadas no debate atual, existem elementos estruturais na crise que não têm recebido o devido valor. Trata-se da necessidade de realizar reformas no modelo de funcionamento do Estado, para que o país possa voltar a crescer e, concomitantemente, distribuir mais riqueza e melhorar os direitos da população, nesse último caso, em forma de serviços públicos de qualidade.

Os elementos mais de curto prazo envolvem múltiplas causas. Do lado do eleitorado, aparecem os seguintes fatores: insatisfação geral por conta do problema da corrupção; enorme descrença no sistema político (com crescimento pronunciado do antipetismo); reclamações quanto à qualidade das políticas públicas (como já mostravam as manifestações de junho de 2013); e o mal-estar gerado pelo desaquecimento da economia (fator que tende a piorar nos próximos meses), com a queda da renda e o aumento do desemprego. Tudo isso enfraquece o governo Dilma, mas não tem levado, necessariamente, à criação de uma mobilização social em prol da oposição – trata-se de movimentações mais contra do que a favor de algum grupo.

## **POLÍTICA NO CENTRO DA DISCUSSÃO**

O descontentamento social é uma peça importante da crise em seu aspecto conjuntural. No entanto, os fatores relacionados ao sistema político são fundamentais, uma vez que será nesta arena, ao fim e ao cabo, que o jogo será decidido. Aqui, existem quatro aspectos que contribuem para o impasse atual. Primeiro, a completa falta de habilidade política da presidente Dilma e de seu grupo mais próximo, especialmente para lidar com os partidos da base aliada (mormente o PMDB). Segundo, o radicalismo político instaurado no país após as eleições de 2014, tornando o debate congressual irracional, com lideranças oposicionistas que defendem e votam em medidas completamente contrárias à sua história. Somados a esses dois fatores, não há ainda uma prova concreta de envolvimento da presidente no processo de corrupção, e tirá-la do poder pode ser um péssimo precedente para os próximos governos. Por fim, as principais lideranças políticas brasileiras, principalmente as do PSDB e as peemedebistas, não têm a menor ideia de como seria o dia seguinte numa eventual queda de Dilma. O grau de incerteza é tal que, nesse xadrez político, nenhuma das peças consegue se mexer para frente, só para

A resolução dessa intempérie econômica envolve a construção de estratégias, alianças e ideias capazes de congregiar grupos amplos da sociedade e de resolver dilemas estruturais do Estado brasileiro.

os lados. Com esse cenário, líderes empresariais e outros atores da sociedade civil já deram sinalizações de que é mais preciso discutir o que fazer com o país do que definir quem será o governante.

### CRESCIMENTO DEPENDE DE VÁRIAS INSTÂNCIAS

A crise econômica, em boa medida, é o lugar em que se encontram os fatores conjunturais e estruturais do atual processo. Na camada conjuntural, os indicadores econômicos chegaram a um nível para lá de preocupante. A recessão, acompanhada pela elevação da taxa de juros, pelo aumento do desemprego e pela queda da renda da população, erodiu a popularidade presidencial. Basta lembrar que, segundo o Datafolha, em dezembro de 2014, Dilma tinha 42% de aprovação e, dois meses depois, em fevereiro de 2015, esse número caiu para 23%, chegando a 10% em junho. O problema é que o *front* econômico deverá piorar antes de melhorar, e a pressão sobre o governo, portanto, continuará alta.

A resolução dessa intempérie econômica vai além do governo da ocasião. É preciso mexer com peças centrais do funcionamento estatal do país, nos âmbitos administrativo, político e econômico. Num cenário de crise como o atual, é necessário dizer que mudanças são fundamentais, inclusive por conta dos sucessos obtidos desde a Constituição de 1988. O fato é que o Brasil, mais particularmente nos últimos 20 anos, melhorou muito em relação à sua trajetória histórica. Consolidou-se uma democracia num país de tradição autoritária; a estabilidade econômica ultrapassou

o modelo inflacionário vigente por décadas; e houve inclusão social e melhorias significativas em direitos fundamentais para a população. Por conta desses avanços, os brasileiros querem mais – aliás, isso já estava claro nas manifestações de 2013. Ademais, para continuar distribuindo renda e manter políticas universalistas, será preciso produzir mais riqueza e aumentar a eficiência e a efetividade do Estado nos diversos campos da vida social. O Brasil precisa de reformas e ataques a problemas estruturais, mas os atores políticos e sociais do momento, enredados numa conjuntura para a qual não conseguem dar um fim, pouco se movimentam para mudar isso.

### MUDANÇA PRECISA SER AMPLA

O que está em jogo, mais do que a resolução do imbróglio atual e a sucessão da presidente, é a criação de um ambiente favorável para os futuros governantes, a começar por aquele que será eleito nas próximas eleições para presidente. Obviamente, há um desgaste profundo do PT e do grupo que governa o país desde 2003. Porém, não está claro como essa potencial mudança de hegemonia será feita.

Do lado das ruas, as lideranças sociais ainda não descobriram como ampliar seu discurso para as camadas mais pobres e que é preciso transformar os partidos existentes ou criar novos. O discurso antipartidário não deve produzir a mudança esperada, pois não há sistema político estável e democrático que dispense a presença dos partidos. Do lado da oposição, além das disputas internas e da incapacidade de saber o que fazer quando a crise atinge a todos, falta definir como chegar ao governo e o que será feito, caso cheguem lá. Claramente, a oposição ainda não dispõe de uma agenda de reformas que aponte para além das questões conjunturais.

O fim da história vai além do mandato da presidente Dilma, e o entendimento do Brasil atual vai muito além da crise do lulopetismo. Trata-se de uma situação bem mais complicada e que envolve a construção de estratégias, alianças e ideias capazes de congregiar grupos amplos da sociedade e de resolver dilemas estruturais do Estado brasileiro. Entretanto, com tantos escândalos revelados diariamente, esse aspecto mais profundo da crise ainda não foi percebido pelos políticos, pela mídia e por grande parte da sociedade. ●

FERNANDO LUIZ ABRUCIO > Professor da FGV/EAESP >

[fernando.abrucio@fgv.br](mailto:fernando.abrucio@fgv.br)

MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA > Professor da FGV/EAESP >

[marco.teixeira@fgv.br](mailto:marco.teixeira@fgv.br)